



Anais da Assembléia

N.81

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 67.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1986.
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N.93/86
Curitiba, 11 de agosto de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao "caput" do art.2.º e ao art.8.º, ambos da Lei n.8.084, de 05 de junho de 1985, que estabelece normas para tratamento diferenciado, no campo tributário, às microempresas.

O plano de lei em causa consulta plenamente aos interesses da Administração e seu encaminhamento a essa Augusta Casa de Leis decorre de expediente que me foi encaminhado pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças, onde aquela Pasta esclarece que:

"A Lei Federal n.7.256, de 27 de novembro de 1984, estabeleceu normas relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial às microempresas.

Para os fins previstos nessa lei, consideram-se microempresas, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de 10.000 (dez mil) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, tomando-se por referência o valor destes títulos no mês de janeiro do ano-base.

A nível estadual, o tratamento diferenciado, no campo tributário, foi implementado através da Lei Estadual n.8084, de 05 de junho de 1985, que considera como microempresas as empresas comerciais e industriais que realizem operações internas e que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor de:

- 5.000 OTN independentemente do número de empregados que mantiver;
- 7.000 OTN se mantiver a média mensal de no mínimo 03 (três) empregados;
- 8.500 OTN se mantiver a média mensal de no mínimo 04 (quatro) empregados;
- 10.000 OTN se mantiver a média mensal de no mínimo 05 (cinco) empregados.

A receita bruta, para fins de enquadramento como microempresa, está conceituada como sendo os valores das compras de mercadorias, acrescidas da margem estimada de lucro de 40% (quarenta por cento) e 30% (trinta por cento), para o comerciante e industrial, respectivamente.

As Associações de Microempresas de diversos municípios do Paraná vêm gerenciando junto à administração fazendária no sentido de obter benefícios mais amplos, que favoreçam maior número de microempresas.

As sugestões se assentam nos seguintes itens:

- 1) Retirada da correlação do número de empregos e valor de faturamento;

2) Isenção do ICM nas operações interestaduais promovidas por microempresas;

3) Diminuição do percentual de lucro para as empresas comerciais.

Quando da elaboração do anteprojeto de lei, hoje Lei n. 8084/85, a Secretaria das Finanças promoveu amplo debate com a classe política e empresarial, no sentido de propiciar que o documento retratasse tanto os anseios de ordem tributária como empresarial.

À época, entendeu-se necessária a adoção de uma correlação entre número de empregados e valor de faturamento, por proposta, aliás, dos representantes dos microempresários, que alegavam que a implementação no "Estatuto da Microempresa" promoveria um acentuado aumento no número de empregados.

Não vemos óbice quanto ao atendimento da pretensão de retirar essa correlação.

A medida ocasionará uma perda de receita de 1,48% (hum vírgula quarenta e oito por cento) da arrecadação referente ao comércio e indústria.

Com base na arrecadação do mês de abril, essa perda seria de Cz\$ 8.550.000,00 (oito milhões e quinhentos e cinquenta mil cruzados) mensais e abrangeria um universo de aproximadamente 7.000 (sete mil) empresas.

Entendemos inviável a proposição de isentar do ICM as operações interestaduais. A medida possibilitaria evasão de receita, pois, tornaria possível a constituição de pseudo microempresas que se instalariam para promover operações, principalmente de produtos primários, para outros estados.

Acresce observar, por oportuno, que a hipótese de ocorrerem operações interestaduais, a microempresa não perde essa condição, ficando, simplesmente obrigada a recolher o imposto decorrente dessa operação.

A conceituação de Receita Bruta na legislação paranaense, parece ser a mais correta. Se tomássemos por base as saídas não controláveis, fiscal e escrituralmente, teríamos ampliada a sonegação e acabado com o controle.

Entendemos, porém, que o percentual de 40% (quarenta por cento) é realmente elevado, e assim, concordamos com sua diminuição para 30% (trinta por cento).

As proposições, cujo atendimento achamos viável, constam do texto do anteprojeto anexo que alteram os artigos 2.º e 8.º, da Lei n. 8084/85.

Há necessidade, em contra partida, de revogar o artigo 10 da mesma Lei, pois, não se poderá extinguir créditos tributários pendentes, de responsabilidade de futuras microempresas, pois a Lei 8279, de 16 de janeiro de 1986, remiu os créditos

tributários inferiores a 10 (dez) OTN, e aos superiores, concedeu redução parcial na multa e na correção monetária.

Essa Lei teve, agora, pela de n. 8324, de 30 de maio de 1986, dilatado o prazo para fruição dos benefícios até o dia 20 de junho do corrente.

Dessa maneira, a empresa, para poder enquadrar-se como microempresa, deverá, antes, pagar o crédito tributário pendente."

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 178/86

Art. 1.º - O "caput" do artigo 2.º e o artigo 8.º, da Lei 8084, de 05 de junho de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º - Consideram-se microempresas, para os fins desta Lei, as empresas comerciais e industriais que realizem operações internas, como definidas no item 1, do parágrafo único, do artigo 8.º, da Lei 6.364, de 29 de dezembro de 1972 e que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor de 10.000 (dez mil) Obrigações do Tesouro Nacional (OTN)".

"Art. 8.º - Para os fins previstos no § 4.º, do artigo 2.º, ficam estabelecidos os seguintes percentuais de lucro:

I - ao comerciante 30% (trinta por cento);

II - ao industrial - sobre a somatória da matéria-prima e outras mercadorias com o valor da mão-de-obra, 30% (trinta por cento)".

Art. 2.º - Ficam revogados o § 8.º, do artigo 2.º e o artigo 10, da Lei n.8084, de 5 de junho de 1985.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário regime de urgência, para o Projeto de Lei n. 158/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 82/86, que objetiva dar nova redação ao artigo 11 e seus incisos e parágrafos, da Lei n. 7424, de 17/12/80, que versa sobre o Plano de Classificação de Cargos do Po-

der Executivo e sobre a redistribuição dos funcionários integrantes do Quadro Geral e do Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça, inclusive os inativos.

Sala das Sessões, em 13/08/86.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que o Projeto de Lei n. 52/86, seja retirado da Ordem do Dia e enviado à Comissão de Agricultura, a fim de que esta se manifeste sobre a matéria.

Sala das Sessões, em 13/08/86.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. SANTO PEDRAZZOLI, ocorrido dia 21.07.1986, em São João do Caiuá.

Pioneiro do Município de São João do Caiuá, exerceu cargo de Prefeito do Município.

O extinto deixa uma lacuna devido ao grande círculo de amizade que possuía, bem como, na fraternidade aos seus familiares e respeito ao próximo.

REQUER, outrossim, que seja dada ciência da decisão do Plenário à família enlutada, no POSTO ESSO, do Município de São João do Caiuá.

Sala das Sessões, em 13/08/86.

(a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa ouvido o Plenário, seja inseridos nos Anais da sessão plenária de hoje, votos de congratulações ao CORONEL JOSÉ BRUNO RIBAS, pela sua nomeação como comandante do Comando de Policiamento da Capital.

Sala das Sessões, em 13/08/86.

(a) DONATO GULIN

Líder do Partido Liberal

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, sejam inseridos nos Anais da sessão plenária de hoje, votos de congratulações para o DR. HAROLDO BERNARDO DA SILVA WOLFF, por ter assumido o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13/08/86.

(a) DONATO GULIN

Líder do Partido Liberal

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que, em 20 de agosto próximo sejam recepcionados em sessão especial da Assembléia Legislativa - fixada essa data em razão de ser DIA NACIONAL DO MAÇON, e pela relevante participação da Maçonaria nos grandes eventos de nossa vida nacional, ininterrupta e valiosa, marcando os mais belos episódios de nossa história.

Os Poderes Maçônicos acreditados, aos quais se deverão formular convites para essa solenidade de homenagem - uma vez aprovada a proposição ora requerida, são os seguintes:

- 1) - Grande Loja
- 2) - Grande Loja Unida
- 3) - Grande Oriente do Brasil
- 4) - Grande Oriente do Paraná

Sala das Sessões, em 13/08/86.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em pauta, se apoia na riquíssima participação dos Poderes Maçônicos na vida nacional, participação essa marcada pelos mais belos episódios em nossa História Pátria, sempre marcados pela defesa dos mais nobres ideais e por sacrifícios pessoais e atos heróicos nunca recusados nos grandes momentos de decisões nacionais. Mesmo neste momento crucial de nossos destinos políticos, a Maçonaria tem dedicado o labor de seus melhores e mais brilhantes membros, dando sua colaboração na solução dos grandes problemas que angustiam nossa Pátria, haja visto o Congresso Maçônico realizado em Porto Alegre, dia 20 a 26 de julho próximo passado, no qual se procedeu ao estudo e diretivas necessárias à reforma agrária, considerada num contexto nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado telex à autoridade nonimada, nos seguintes termos: "Senhor Presidente da República Dr. José Sarney, a Assembléia Legislativa do Paraná protesta ante Vossa Excelência pela anunciada decisão do Governo Federal de aquisição do trigo nacional parcelada em cinco vezes. Essa medida afeta a capacidade econômica dos produtores brasileiros e a economia dos Estados tritícolas como o Paraná; além de ser injusta para com os agricultores que estão descapitalizados por terem tido severa perda por estiagem na safra de verão anterior. Este Legislativo confia em que Vossa Excelência, Senhor Presidente, se mostrará

sensível ao pleito de revisão, mandando comprar à vista o trigo nacional pelos órgãos executores do Governo".

O presente requerimento se justifica pelos seus próprios fundamentos.

Sala das Sessões, em 13/08/86.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI;

ORLANDO PESSUTI;

BÁSILIO ZANUSSO;

GILBERTO CARVALHO e

ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, anexação ao processo relativo à Mensagem n. 91/86 do Senhor Governador do Estado, de cópia do ofício do CITPAR.

Sala das Sessões, em 13.08.86

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

CITPAR

Curitiba, 16 de junho de 1986.

DR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
DD. Governador do Estado do Paraná
Nesta Capital.

Senhor Governador,

O Estado do Paraná, considerado o seu espaço físico-territorial dotado de solos férteis, está prestes a atingir o estágio limite do seu desenvolvimento econômico na agricultura e na pecuária.

A agro-indústria em particular e a industrialização em geral, atentando para peculiaridades e vocações regionais representam no entendimento de amplos setores da Sociedade Paranaense - incluindo o próprio Governo do Estado como um todo - o próximo passo a ser dado de forma inelutável e inequívoca pelos setores produtivos do Paraná.

Essa tem sido a tônica dos discursos proferidos por Vossa Excelência e, outra não é, senão essa, a visão do CITPAR.

Todavia, senhor Governador, pretender um avanço da industrialização no Estado sem o correspondente incremento em termos de ciência, tecnologia e formação de recursos humanos implica, necessariamente em se aceitar um desenvolvimento marcado por uma crescente dependência e por um caráter extremamente periférico dentro dos parâmetros da economia nacional e internacional.

E, por estar convencido da justeza da reivindicação árdua e persistentemente defendida pela comunidade científico-tecnológica do Estado a propósito da instituição de um fundo dotado de recursos consignados em orçamento estadual, o CITPAR apela a Vossa Excelência, no sentido de enviar, com a maior brevidade, mensagem ao legislativo, propondo a criação do FUNC-

TEC, nos moldes do anteprojeto do Deputado e Vice-Prefeito de Curitiba, Sr. Adhail Sprenger Passos.

Essa será, Senhor Governador, uma decisão que se afigura como um marco histórico para o desenvolvimento sócio-econômico de nosso Estado, colocando-o em igualdade de condições com outros Estados da Federação.

Certos do elevado espírito público de Vossa Excelência, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO

Presidente do Conselho Deliberativo
do CITPAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado aos Excelentíssimos Senhores: Presidente JOSÉ SARNEY, Governador JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS; Ministros DENY LINEU SCHWARTZ, do Desenvolvimento Urbano, JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, dos Transportes, JORGE KONDER BORNAUSEM, da Educação, JOÃO SAYAD, do Planejamento, em caráter de urgência, o Memorial datado de 09 do corrente, subscrito pelas autoridades representativas do município de Rio Negro, apresentado por ocasião da realização do 1.º SEMINÁRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO URBANO REGIONAL, realizado naquela cidade.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e todos os Senhores Vereadores de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 13.08.86

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Rio Negro sediou no último dia 09, o 1.º SEMINÁRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO URBANO REGIONAL, com a presença das mais ilustres autoridades, bem como de representantes de todo os segmentos da sociedade da região.

O 1.º Seminário sobre Desenvolvimento Urbano Regional serviu para equacionar problemas da região fronteiriça, objetivando estimular realizações concretas em assuntos de desenvolvimento, alicerçando ações conjuntas de toda a sociedade.

As tradições mais caras aos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, tem suas raízes na cidade de Rio Negro, localizada às margens do Rio do mesmo nome, com seu parque industrial vigoroso.

A cidade de Rio Negro, administrada por homens de maior representatividade político-social, consolidou-se como uma das principais rotas da penetração desenvolvimentista da fronteira com Santa Catarina, denominada "Portão de Entrada" para o vasto

e rico estado catarinense, junto com a cidade gêmea de MAFRA.

Encarecemos das autoridades governamentais, determinação de estudos concretos e urgentes em todos os pontos de reivindicações apresentadas no Memorial anexo.

Como o I SEMINÁRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL que ora se realiza, objetiva relacionar a política nacional de desenvolvimento urbano, com a problemática da referida região fronteiriça, estimular a troca de experiências municipalistas em assuntos de desenvolvimento, patrimonial, cultural e meio-ambiente e alicerçar ações conjuntas nesses temas, marcamos a participação dos rionegrenses, através da Câmara Municipal e Prefeitura, os quais têm a responsabilidade de representar toda a população, principalmente hoje, na presença de tão ilustres autoridades.

Rio Negro é um município com pressa do progresso.

Tem demonstrado ao Paraná, a luta de sua gente em busca de um futuro promissor e dignificante.

Ontem, os pioneiros, com fibra, venceram os obstáculos do desbravamento.

Hoje, num conjunto de esforços, estamos vencendo os desafios e implantando as bases fundamentais do futuro.

Amanhã, nossos filhos orgulhosamente continuarão o trabalho desenvolvido, forjando cada vez mais esta generosa terra, honrando o exemplo de fé, de capacidade e de trabalho de nosso povo.

Juntos estamos transpondo as barreiras e criando uma estrutura inabalável, formada pelo progresso e bem-estar de toda a comunidade.

Assim sendo, estamos no dia de hoje, reivindicando, em nome da Câmara e da Prefeitura Municipal de Rio Negro e em nome da população rionegrense, o seguinte:

- a) - asfaltamento do trecho Colégio Seráfico, até conexão com a pavimentação em lajotas da Rua Maximiano Pfiffer;
- b) - construção de um viaduto ou trincheira, no trevo da BR-116;
- c) - construção de um viaduto sobre a linha férrea da RFFSA, na rua 8 de Dezembro;
- d) - construção de um viaduto sobre a linha férrea da RFFSA, ao lado da passarela da rua Camarista João Hirt;
- e) - verba para pagamento da desapropriação do Seminário Seráfico São Luiz de Tolosa;
- f) - verba para a restauração total da Ponte Metálica de Rio Negro, com piso de concreto;
- g) - criação de diversas faculdades, aproveitando as instalações do Seminário Seráfico São Luiz de Tolosa, inclusive uma

Escola Técnica.

Todos sabemos que em 22 de novembro de 1896, foi inaugurada a "Ponte Metálica" Sobre Rio Negro, pelo Governador do Estado do Paraná, Dr. JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS ANDRADE e construída pelo conspícuo FRANCISCO XAVIER DA SILVA, que tanto se distinguiu na administração estadual.

Foi Prefeito Municipal da cidade de Rio Negro, o cidadão JOAQUIM TEIXEIRA SABÓIA e Presidente da Câmara Municipal o Senhor SANTIAGO JAMES BRAZ.

Hoje, a "Ponte Metálica" sobre o Rio Negro é grande patrimônio histórico da nossa cidade e da região.

Urgentemente, há necessidade da restauração total da mesma.

Salientamos, ainda, que as reivindicações acima mencionadas, foram escolhidas como prioridades no Projeto Galha-Azul, neste Município.

Em anexo, mapas ilustrativos.

RIO NEGRO/PR., em 09 de agosto de 1986.

ALCEU ANTÔNIO SWAROWSKI

Prefeito Municipal

SALUSTIANO KOBUS

Vice-Prefeito

JOSÉ ODACIR VALÉRIO KUHLE

Presidente da Câmara Municipal

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência aos Excelentíssimos Senhores Doutores JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja asfaltado o acesso rodoviário de Nova Tebas, no município de Pitanga, partindo da PR-460 até aquela sede distrital.

Sala das Sessões, em 13.08.86

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Nova Tebas, distrito de grande porte no município de Pitanga, necessita com urgência seja concretizado o asfaltamento do acesso rodoviário até aquele distrito.

Nova Tebas congrega hoje um contingente muito grande de pessoas, sendo atualmente um dos grandes pólos de ligação entre a sede do município de Pitanga e o resto do Estado do Paraná, necessitando, portanto, do asfaltamento acima pleiteado para um bom desempenho de suas atividades junto a toda coletividade.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - É lida e aprovada a ata.

Finda a leitura do expediente, o Se-

nhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito, no Pequeno Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na condição de membro da Comissão de Agricultura desta Assembléia Legislativa; na condição de integrante da Comissão Especial sobre Trigo e Moinhos Coloniais e na condição de membro do Bloco Interpartidário Pluralista que foi aqui constituído, ocupamos a tribuna neste dia 13 de agosto, que não é uma sexta-feira, para dizer, do azar da agricultura brasileira e em especial, do azar da agricultura paranaense.

Vejam os Senhores, que aqui mesmo na Assembléia, nós já debatemos, por algumas ocasiões, quando numa Mesa Redonda sobre trigo, subsídio, abastecimento e moinhos coloniais, fizemos realizar no plenarinho desta Casa, e naquela ocasião já se discutia a questão da produção e da produtividade do trigo nacional.

Para nossa alegria, no ano passado, a safra de trigo foi das mais expressivas e o Paraná, se destacou com justa expressividade no cenário nacional, produzindo a maior quantidade de trigo da sua história, produzindo índices superiores a 60% da produção nacional.

Tudo isso aconteceu porque existia uma esperança, um estímulo e uma perspectiva de vida melhor para aqueles que cultivam esse cereal. Diga-se de passagem, uma cultura de difícil manejo, de difícil realização, dado as suas peculiaridades, como problemas de ordem sanitária e econômica que afetam a sua cultura; mas, com o estímulo que estava sendo dado, com a expectativa de dias melhores, os agricultores paranaenses foram à luta e produziram em 1985, a maior safra da história do Paraná, o maior percentual já produzido por um Estado no Brasil.

Neste ano, em função da boa safra do ano passado, os agricultores enveredaram-se mais uma vez no cultivo deste cereal, buscando atender a um chamamento nacional de que deveríamos, na medida do possível, lutar pela nossa autonomia em termos de produção de trigo, haja vista, cerca de 70% do trigo que consumimos vem de outros países. Portanto, é importado.

O agricultor foi à luta; plantou-se trigo em todos os cantos e lugares deste Estado e novamente a safra se apresenta como muito promissora, mas para tristeza nossa, para azar do agricultor paranaense e brasileiro, vem o Governo Federal, dizendo e afirmando que irá adquirir essa produção e pagá-la em cinco prestações. Realmente, é um absurdo que se faz com o setor produtivo deste País; setor produtivo este que foi dito, seria prestigiado,

seria estimulado e atendido pelo Governo Federal após o seu plano de mudanças econômicas, o "Plano Cruzado", enfim.

Mais uma vez, a agricultura vem de ser penalizada pelo Governo Federal. Se esta medida for realmente colocada em prática, e é por esta razão que um requerimento estamos apresentando junto com outros Parlamentares, endereçado ao Presidente da República para que reveja esta posição sua ou do Conselho Monetário Nacional, ainda não sabemos, no sentido de que o trigo seja adquirido sim, como é feito há muitos anos neste País, mas que seja pago na sua totalidade à vista, para que os agricultores não sofram mais, não sejam mais azarados como estão sendo hoje e que não venham a ter os prejuízos que sempre tiveram quando as medidas econômicas são tomadas em cima de cada um deles.

Fica registrado este nosso descontentamento e o pedido de apoio para que este nosso requerimento chegue o mais rápido possível às mãos de Sua Excelência o Presidente da República, para que ele reveja esta sua medida e a triticultura paranaense e brasileira não precise sofrer mais do que já sofreu ao longo de sua vida.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O propósito da nossa permanência na tribuna é para apelar ao alto espírito de sensibilidade do Governador João Elísio no sentido de que Sua Excelência apresse a remessa a esta Casa de Leis da mensagem que concede aumento de salário aos servidores públicos estaduais.

É bom lembrar, Senhor Presidente, que normalmente no mês de julho o funcionalismo estadual é contemplado com aumento de salário.

Foi editado o "Pacote Econômico", mas isso não impede o Senhor Governador de dar aumento aos senhores servidores porque a inflação continua no Brasil. O Governo previa uma inflação de março a dezembro de apenas 6% e já refez a sua previsão, já está acreditando numa inflação superior a 10% neste período do "pacote econômico".

Várias categorias profissionais foram beneficiadas com elevação salarial mesmo depois da edição do "pacote econômico".

Portanto, não é justo que milhares e milhares de servidores públicos estaduais aposentados ou na ativa, sejam novamente sacrificados, prejudicados com o "pacote econômico", porque julho já se passou, já estamos quase na metade de agosto e o servidor público do Paraná continua numa

grande indagação: por que razão o Governo do Paraná que teve tanto apoio em 1982, que recebeu voto maciço da laboriosa classe dos servidores públicos, por que razão este Governo até agora nada falou sobre o desejado e pleiteado aumento ao funcionalismo público?

Por isto, aqui estamos para pedir que Vossa Excelência, que tem um diálogo permanente com o Senhor Governador João Elísio, nós sabemos de sua amizade pessoal com o Governador e faço, nesta oportunidade, um pedido ao ilustre Presidente Antônio Annibelli, que leve esta preocupação muito grande de milhares e milhares de pais de famílias que vivem com "salário minguido". E seria apenas, Deputado Annibelli, na verdade, uma reposição salarial, a concessão de um benefício. Na verdade não seria nem um aumento salarial, seria apenas para repor um pouco daquilo que o servidor público vem perdendo ao longo dos anos e continua perdendo.

Se o próprio Governo admite e reconhece que a inflação continua subindo, que os preços continuam sendo elevados, por que razão o governador do Estado não abre o seu coração e concede este aumento ao funcionalismo público?

É este o nosso pronunciamento, Sr. Presidente, porque o funcionalismo não tem mais condições, mais suporte para continuar enfrentando esta vida difícil, sem o aumento salarial que deveria ter sido concedido a partir de julho.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o horário do Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PCB.

Com a palavra, o Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Somente para, desta tribuna, solicitar o apoio dos Senhores Deputados ao requerimento de nossa autoria, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça do Estado do Paraná e também ao Secretário da Segurança Pública, no sentido de que esses órgãos do Governo promovam junto à Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade, cujo endereço referi-

do na sua publicação de página e meia deste domingo na "Folha de Londrina", consta como sendo Rua Edu Chaves, 130 - Fone 23-1024.

De uma publicação que claramente incita a formação de milícias armadas paralelas no Estado do Paraná. Título da reportagem, matéria paga: "A LEI AUTORIZA OS FAZENDEIROS A RESISTÊNCIA À MÃO ARMADA", e reproduz pareceres de dois juristas catedráticos da Universidade da Bahia e da Universidade de São Paulo, que respondem a quesitos formulados pela TFP, concluindo e encomendando a formação de milícias armadas pelos proprietários do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados! A desfaçatez da publicação chega ao ponto de, ao final, trazer maiores informações sobre a matéria aqui publicada, as quais podem ser obtidas nesse endereço que referimos inicialmente. Tenho certeza que é unânime, nesta Casa, a defesa de uma situação de normalidade no Estado do Paraná. Se a situação da terra no Estado vem sofrendo, vem tendo episódios que todos conhecemos da ocupações de terras, já se disse inúmeras vezes aqui na Assembléia, de que decorrem fundamentalmente da morosidade com que o assentamento dessas famílias vem sendo feito. A própria modificação, mudança, substituição de agentes responsáveis pela execução da reforma agrária no Estado, foi solicitada nos últimos dias das Lideranças do Partido do Governo. Nós que em todos os momentos, desde o anúncio do Plano Nacional da Reforma Agrária, procuramos aqui na Tribuna e os militantes do nosso Partido, nas suas áreas de atuação, contribuir para que a reforma agrária necessária se execute no Estado, de forma a atender os interesses dos trabalhadores sem-terra, dos agricultores e da sociedade paranaense.

Sempre houve clareza de nossa parte e da parte dos Deputados que têm assento neste Poder, de que não nos interessa o conflito, o confronto. O confronto necessário e importante, é o das idéias, da disputa; quando a morosidade se faz, se instala o confronto até da ocupação legítima, como têm defendido setores da sociedade civil, como por último a própria Ordem dos Advogados do Brasil.

Eu tenho certeza, Senhores Deputados, que esta publicação, que nos mesmos dias foi acompanhada de um manifesto no próprio Jornal "Folha de Londrina", de um manifesto dirigido ao Senhor Presidente da República, solicitando a suspensão do Plano de Reforma Agrária, vem responder aos interesses latifundiários que lamentavelmente tem peso e, influência, nas decisões de Governo.

Esta publicação, a nosso ver, merece

por parte do Governo do Estado, particularmente pela Secretaria da Segurança e pela Secretaria da Justiça, a necessária averiguação com vistas a prevenir os inevitáveis confrontos que podem ocorrer, já como se prenuncia, de confronto com o uso de armas.

Não há do nosso conhecimento nenhuma orientação, nenhuma incitação por parte seja do sindicalismo rural paranaense, dos Sindicatos Rurais, da Federação dos Trabalhadores Rurais, do Movimento dos Sem-Terra, das suas inúmeras agremiações, das Pastorais da Terra e de outros partidos políticos que participam desse movimento pela luta da reforma agrária; nunca houve e não há qualquer menção ou incitação, ou melhor, incitamento ao uso e ao armamento dos seus militantes; ao contrário do que faz a Tradição Família e Propriedade, entidade notoriamente conservadora, que não contribuiu com a superação dos entraves que nós temos hoje no País para resolver.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nossa preocupação que fazemos questão de registrar aqui hoje, como nós fizemos questão de no passado, alguns meses atrás, registrar a situação delicada que se vivia no Município de Londrina, em relação ao assentamento de Apucarantina e que redundou pela morosidade na sua solução, na invasão que ainda hoje persiste da reserva florestal sob a responsabilidade do ITC., por aquelas vinte e quatro famílias que foram marginalizadas naquele processo de assentamento da mudança de São Jerônimo da Serra.

Como já fizemos questão também, de registrar a preocupação pelo fato de que, há mais de um ano, em Paranavaí com o assentamento de Piracema, sem nenhuma perspectiva de solução, sem nenhum encaminhamento por parte do INCRA. No caso de Paranavaí, no caso de Londrina, a Secretaria Estadual da Reforma Agrária fez as visitas necessárias e tomou as providências ao seu alcance.

Cabe, no entanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nosso ver, não só a substituição imediata dos responsáveis pelo INCRA no Paraná, como a agilização dos processos e medidas complementares com vistas a coibir este tipo de atitude que não contribuiu em nada para o processo de consolidação da democracia no País, e a nosso ver, para o avanço das mudanças na estrutura econômica e social.

Era esta a nossa intenção, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao usar da Tribuna nesta manhã, contando desde já com a compreensão e o apoio dos Senhores Deputados nesse requerimento dirigido ao Governo do Estado, através da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, que, tenho certeza, tem instrumentos hábeis para evi-

tar que este tipo de situação prospere e acrescente ingredientes perigosos ao clima que se vive hoje no campo, no Paraná.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Manoel, pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ouvimos o ilustre e ínclito Deputado Márcio Almeida a lutar pelos sem-terra do Paraná e do Brasil.

Cabe-nos, como brasileiro, fazer uma pergunta ao ilustre Deputado: quando invadem a sua casa ele não tem que defender-se?

Nós somos a favor dos sem-terra, por que somos brasileiros e somos cristãos, mas incitar um irmão contra o outro, os homens que invadem e que agredem, eu acho que não é do feitio da democracia brasileira.

Aguardemos com esperança e fé, o problema da reforma agrária, porque não se pode adivinhar o latifúndio que é improdutivo ou produtivo. Eu estou de acordo com o Deputado Márcio Almeida, para que os sem-terra sejam assentados e quero fazer, ao Deputado ilustre, uma observação: para cada família dos sem-terra, coloquem um casal de japoneses para ensiná-la a trabalhar.

Nós temos exemplo, neste grande Brasil que é um continente, ao vermos quem não trabalha infiltra-se para fazer demagogia ao lado dos sem-terra.

E é por isso, que nós do PTB concordamos com o ilustre Deputado, mas pensamos: para cada família assentada brasileira, ponha-se um casal de japoneses para trabalhar junto.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do partido do Movimento Democrático Brasileiro se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passando-se à

ORDEM DO DIA:

X com a presença de 58 Senhores Deputados.
Passaremos à apreciação da matéria

constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 53/86, que altera o Artigo 1.º, da Resolução n. 113/85, de 03.12.85, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1.º - Fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Barbosa Ferraz, a fim de consultar a sua população, visando a criação do Município de Corumbataí do Sul. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 292/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de utilidade pública a "SHALON SOCIEDADE BENEFICENTE DO JARDIM GUARUJÁ", com sede e foro na Cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 153/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS GAUDÉRIOS DO OESTE" com sede e foro na Cidade de Cascavel. com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 227/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE PROCOPENSE DE ESTUDOS SOCIAIS E AÇÃO SOCIAL"- SOPESAS, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 249/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DE BAIRROS SOCIEDADE AMIGOS DA VILA SÃO JOSÉ, VILA DONA FINA E FERRARIA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 293/85, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que denomina "ANTÔNIO MENDES VASCONCELLOS", o trecho da Rodovia Estadual PR- 218, que liga os Municípios de Arapongas a Iguaraçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.ª -DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 305/85, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL BOM SAMARITANO SÃO JERONIMENSE", com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra. Com PARECER FA-

VORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 312/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE TOLEDO"- ADEATO, com sede e foro no Município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 74/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que dá nova redação ao art. 10, da Lei n. 8.199, de 17.12.85, (Conselho Paranaense de Turismo), acrescentando o inciso V - um representante dos funcionários da PARANATUR, eleito na forma da Lei n. 8.096, de 14.06.85. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 36/86, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual a "GUARDA-MIRIM DE CAMPO MOURÃO" com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no DA. n. 15, de 24.03.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 36/86

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Guarda-Mirim de Campo Mourão", com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994, de 10.01.78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 45/86, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual a "CRECHE LAR ROTARY VILA GUAÍRA", mantida pela Associação das Senhoras de

Rotarianos de Goioerê, com sede e foro no Município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no DA. n. 16, de 25.03.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 45/86

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Creche- Lar Rotary Vila Guaíra", com sede e foro no Município de Goioerê.

Encontra-se o processado devidamente instruído, com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10.01.78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 52/86, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n. 44/86, que objetiva introduzir alteração à Lei n. 7.827, de 29.12.83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização no Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A., n. 23, de 08.04.86- Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI n. 52/86

PARECER:

O Senhor Governador do Estado envia à esta Assembléia Mensagem de n. 44/86, encaminhando o Projeto de Lei n. 52/86, que visa introduzir alterações à Lei n. 7.827, de 29.12.83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização, no Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas.

Não havendo impedimento legal ou constitucional que venha impedir a normal tramitação de tal iniciativa e salientando a urgente necessidade de legislação que venha a regular o uso de tais produtos nocivos à saúde humana, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ODENI MONGRUEL

Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando que o Projeto de Lei n. 52/86, seja retirado da Ordem do Dia e enviado à Comissão de Agricultura, a fim de que esta se manifeste sobre a matéria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Em virtude de o Projeto de Lei n. 52/86, encontrar-se em Regime de Urgência irá à Comissão por 48 horas, e em seguida, à Ordem do Dia.

1.^a DISCUSSÃO- Do projeto de Lei n. 59/86, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que autoriza o Poder Executivo a doar ao "LAR DE MENINAS ORICENA VARGAS", o imóvel de propriedade do Estado que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no DA. n. 23, de 08.04.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 59/86

PARECER:

O nobre Deputado Odeni Mongruel apresenta proposição através da qual pretende autorizar o Poder Executivo a doar ao "Lar de Meninas Oricena Vargas", o imóvel de propriedade do Estado, que especifica.

Analisando a iniciativa, constantamos não haver impedimento legal a normal tramitação da matéria por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, pronunciamos-nos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DJALMA DE AMEIDA CÉZAR

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 158/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 82/86, que objetiva dar nova redação ao Artigo 11 e seus incisos e parágrafos, da Lei 7424, de 17.12.80, que versa sobre a redistribuição dos funcionários integrantes do Quadro Geral e do Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça, inclusive inativos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Santo Pedrazzoli, ocorrido no dia 21 de julho do corrente ano, no Município de São João do Caiuá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Governador do Estado, Ministros do Desenvolvimento Urbano, dos Transportes, da Educação e do Planejamento, contendo o Memorial subscrito pelas autoridades representativas do Município de Rio Negro, por ocasião do 1.º Seminário sobre o Desenvolvimento Urbano Regional. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor Haroldo Bernardo da Silva Wolff, por ter assumido o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Coronel José Bruno Ribas, pela sua nomeação como Comandante do Comando de Policiamento da Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli, Orlando Pesutti, Basílio Zanusso, Gilberto Carvalho e Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Presidente da República, encarecendo o reexame do parcelamento para aquisição do trigo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando a anexação de cópia de ofício do CITPAR, à Mensagem n. 91/86, do Senhor Governador do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 20 de agosto do corrente ano, uma Sessão Especial, para homenagem ao "Dia do Maçon". Aprovado. À Diretoria Legislativa. Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo seja asfaltado o acesso rodoviário de Nova Tebas, Município de Pitanga, partindo da PR. 460, até aquela sede distrital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a presente sessão, marcando outra quinta-feira, dia 14, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei n. 74/86

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 36/86, 45/86, 59/86.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 61/86, 68/86 e 72/86.

Levanta-se a sessão.